

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)		Nota	31/12/2018	31/12/2017
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		4	307.780	188.574
Concessionárias		5	125.450	198.012
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		6	28.713	13.115
Outros tributos compensáveis		6	35.967	46.877
Outros créditos			2.596	4.373
Total do Ativo Circulante			500.506	450.951
Não circulante				
Outros tributos compensáveis		6	84.316	112.924
Tributos diferidos		7	59.303	54.934
Cauções e depósitos vinculados		9	10.913	2.253
			154.532	170.111
Imobilizado		10	1.362.028	1.404.055
Intangível		11	108.978	116.603
			1.471.006	1.520.658
Total do Ativo Não circulante			1.625.538	1.690.769
TOTAL DO ATIVO			2.126.044	2.141.720

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)		Nota	2018	2017
Receitas		18	327.484	363.669
Custo da produção e do serviço de energia elétrica		19		
Custo do serviço de energia elétrica			(101.448)	(80.661)
Custo de operação			(68.763)	(64.906)
			(170.211)	(145.567)
Lucro bruto			157.273	218.102
Despesas e Receitas operacionais		19		
Despesas gerais e administrativas			(9.193)	(12.090)
Outras despesas e receitas operacionais			(605)	7
			(9.798)	(12.083)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos			147.475	206.019
Resultado financeiro		20		
Receitas financeiras			43.960	59.720
Despesas financeiras			(89.319)	(104.306)
			(45.359)	(44.586)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro			102.116	161.433
Tributos sobre o lucro		21		
Imposto de renda e contribuição social correntes			(6.810)	(16.945)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			4.369	(718)
			(2.441)	(17.663)
Lucro líquido do exercício			99.675	143.770
Resultado por ação atribuível aos acionistas		22		
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)				
ON			0,11962	0,17254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		2018	2017
Lucro líquido do exercício		99.675	143.770
Resultado abrangente do exercício		99.675	143.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		2018	2017
Geração do valor adicionado		383.830	354.764
Receita operacional		376.580	350.524
Receita relativa à construção de ativos próprios		7.226	4.233
Outras receitas		24	7
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(133.997)	(107.379)
Custos da energia comprada		(74.896)	(51.107)
Encargos de uso da rede elétrica		(36.862)	(35.557)
Materiais		(4.407)	(3.302)
Serviços de terceiros		(11.808)	(12.669)
Outros custos operacionais		(6.024)	(4.744)
Valor adicionado bruto		249.833	247.385
Retenções			
Depreciações e amortizações		(56.644)	(55.254)
Valor adicionado líquido produzido		193.189	192.131
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		46.712	61.676
Valor adicionado total a distribuir		239.901	253.807
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		6.009	6.226
Benefícios		2.053	2.228
FGTS		460	478
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		41.880	(3.910)
Estaduais		69	73
Municipais		23	25
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		89.319	104.306
Aluguéis		413	611
Remuneração de capital próprio			
Juros sobre capital próprio		48.182	46.700
Dividendos		12.125	
		200.533	156.737
Lucros retidos		39.368	97.070
		239.901	253.807

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Enerpeixe S.A. (Companhia ou Enerpeixe), sociedade anônima de capital fechado, controlada da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Palmas no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação e comércio de energia elétrica, bem como serviços correlatos, em relação ao Aproveitamento Hidrelétrico Peixe Angical (UHE Peixe Angical) localizado no Rio Tocantins, entre os municípios de Peixe e São Salvador no Estado do Tocantins. Em 18 de junho de 2018 a Assembleia Geral Extraordinária - AGE alterou a localização da sede da Companhia, anteriormente localizada no município de São Paulo no Estado de São Paulo, para o município de Palmas no Estado do Tocantins.

1.1 Concessão

Em 7 de novembro de 2001, a Companhia assinou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 130/2001 que regula o direito de concessão da UHE Peixe Angical. O contrato de concessão possui as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Concessão	
				(MWm)	(MWm)	Início	Término
Peixe Angical	TO	Produtor Independente	Concessão	498,75	280,50	07/11/2001	07/11/2036

A Usina possui três turbinas sendo que a primeira turbina entrou em operação em junho, a segunda em julho e a terceira em setembro de 2006. O prazo do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data da assinatura do contrato podendo ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento da Companhia, desde que a exploração da UHE Peixe Angical esteja nas condições estabelecidas no contrato, na legislação do setor, e atenda os interesses dos consumidores. O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 36 meses antes do término do prazo da concessão, acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplimento das obrigações fiscais, previdenciárias, e dos compromissos e encargos assumidos com os órgãos da Administração Pública, referentes a exploração de energia elétrica.

A energia elétrica gerada pela UHE Peixe Angical é comercializada na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão. Essa comercialização pode ser realizada tanto no Ambiente de Contratação Regulada - ACR assim como no Ambiente de Contratação Livre - ACL. Da energia assegurada de 280,5 MWm, 15,0 MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs no ACR pelo prazo de 3 anos com término em 31 de dezembro de 2018 e 210 MWm foram comercializados por meio de contratos de comercialização no ACL com prazos e vigências diversificados. O preço estabelecido no Contrato de Concessão para o ACR é de R\$147,00 por MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Os preços dos contratos no ACL são distintos, todavia, todos os contratos também são atualizados pelo IPCA.

No caso da energia gerada ser inferior a energia assegurada e potência contratada e/ou utilizada, a Companhia terá que ressarcir os demais agentes, que operem na modalidade integrada, pela parcela de energia e potência que completam os valores contratados e/ou utilizados, de acordo com a legislação, critérios e regras do Grupo de Controle, Otimização e Inteligência Computacional Aplicados a Sistemas de Energia Elétrica - GCOI em vigor, mediante tarifas definidas pela ANEEL.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Peixe Angical, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doce avos) do valor original de R\$6.800, atualizado em 31 de dezembro de 2018 de R\$24.155, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2018, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$264.816 (R\$254.360 em 31 de dezembro de 2017) (Nota 15). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00 e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2019. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

(Em milhares de reais)		Nota	31/12/2018	31/12/2017
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores		12	329.292	336.507
Imposto de renda e Contribuição social a recolher		6	20.199	20.199
Outros tributos a recolher		6	14.109	62.438
Dividendos		13	40.955	39.695
Debêntures		14	176.508	178.570
Uso do bem público		15	23.407	22.969
Provisões		16	2.381	2.328
Outras contas a pagar			4.067	3.745
Total do Passivo Circulante			590.719	666.451
Não circulante				
Outros tributos a recolher		6	49.262	
Debêntures		14	573.087	492.997
Uso do bem público		15	241.409	231.391
Provisões		16	19.089	20.876
Outras contas a pagar			980	
Total do Passivo Não circulante			883.827	745.264
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social		17.1	299.736	282.628
Reservas de capital		17.3	18.546	18.546
Reservas de lucros		17.3	333.216	428.831
Total do Patrimônio líquido			651.498	730.005
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			2.126.044	2.141.720

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		Nota	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro			102.116	161.433
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciações e amortizações			56.642	53.003
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos			76	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre debêntures			49.581	42.689
Uso do bem público - atualização monetária e AVP			32.257	13.404
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas			566	
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			(2.573)	1.369
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária			(2.845)	(31.373)
Outros			1.333	12.314
			237.153	252.839

(Aumento) diminuição de ativos operacionais

Concessionárias		72.562	(159.185)
Imposto de renda e contribuição social a compensar		(1.535)	(8.604)
Outros tributos compensáveis		(16.468)	(20.388)
Cauções e depósitos vinculados		(8.460)	(2.253)
Outros ativos operacionais		1.701	(576)
		47.802	(191.006)

Aumento (diminuição) de passivos operacionais

Fornecedores		(7.215)	243.014
Outros tributos a recolher		26.031	(60.515)
Provisões		(2.569)	(2.310)
Uso do bem público		(21.801)	(22.113)
Outros passivos operacionais		5	(11.929)
		(5.549)	146.147

Caixa proveniente das atividades operacionais

Imposto de renda e contribuição social pagos		279.406	207.980
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		264.838	204.273

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Adições ao Imobilizado e Intangível		(4.384)	(4.233)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(4.384)	(4.233)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital social			(250.000)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos			(169.695)
Captação de debêntures			254.490
Amortização do principal de debêntures			(175.000)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos			(51.043)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		24.1	(141.248)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			119.206
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			307.780
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			188.574
			119.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	532.628	18.546	386.761	-	9

2.7.1.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC n° 13/18 (com efeito a partir de 1° de janeiro de 2019)

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPC's em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 - 2017. A Administração da Companhia acredita que esta revisão não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

2.7.2 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1° de janeiro de 2018

2.7.2.1 CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

Esta norma faz correlação à norma IFRS 15 e introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47 substituiu o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

O pronunciamento requer aplicação retrospectiva e permite um dos seguintes métodos: (i) retrospectivo a cada período anterior apresentado; ou (ii) retrospectivo com efeito cumulativo da aplicação inicial na data da adoção inicial. A Companhia optou por adotar o pronunciamento usando o método retrospectivo com efeito cumulativo, cujos os impactos derivativos da adoção sendo contabilizados a partir de 1° de janeiro de 2018. Os contratos que começaram e concluíram no mesmo período de apresentação comparativa, bem como contratos que foram concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia realizou uma análise detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 47, incluindo a avaliação dos cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, quais são: (i) Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; (ii) Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; (iii) Determinar o preço de cada tipo de transação; (iv) Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; e (v) Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

Após esta análise a Companhia concluiu, com base em seus critérios de reconhecimento e mensuração descritos na nota 18, que não houve impacto significativo na adoção deste pronunciamento.

Adicionalmente, a norma estabeleceu um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes, também descritos na nota 18.

2.7.2.2 CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Esta norma faz correlação à norma IFRS 9 e substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39). O CPC 48 trouxe como principais modificações: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (*impairment*) para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo anterior de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) menos rigorosos.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, conforme requerido pela norma, todavia, a Companhia não identificou ajustes a serem realizados nas demonstrações financeiras do exercício comparativo.

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

• Classificação e mensuração

O CPC 48 apresenta uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, sendo apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Já para os ativos financeiros, o pronunciamento simplifica o modelo de mensuração anterior e estabelece três categorias de classificação: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia alterou a classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A alteração na classificação não impactou a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto significativo nas demonstrações financeiras:

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Bancos conta movimento (Caixa e Equivalentes de caixa)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Concessionárias	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Em relação à classificação dos passivos financeiros, a Companhia não possui montantes mensurados ao VJR, portanto, não houve impacto nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção da norma.

• Redução ao valor recuperável

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Administração da Companhia decidiu pela aplicação da abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos, resultando, quando aplicável, em uma aceleração de transações de pagamento baseado em ações do CPC 10; (iv) Alteração na transferência da propriedade para investimento do CPC 28; e (v) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo 2014 - 2016.

Em relação às revisões acima, destaca-se as alterações no CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação que trata das divulgações relativas aos instrumentos financeiros. Com a edição do CPC 48 foram incluídos no CPC 40 extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas.

A Companhia realizou uma análise para identificar os novos requerimentos de divulgação, destacando as divulgações pertinentes nas notas 5, 18 e 23. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações nos demais pronunciamentos.

2.7.2.4 ICPC 21 - Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento

Esta interpretação esclarece que a data da transação, para determinar a taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento inicial do item relacionado ao pagamento ou adiantamento, deve ser a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo no monetário decorrente da contraprestação antecipada. Caso haja múltiplos pagamentos ou adiantamentos, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes da adoção deste pronunciamento.

5 Concessionárias

Concessionárias

Suprimento de energia elétrica
Energia de curto prazo

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
		30.476	26.751
	5.1	94.974	171.261
		125.450	198.012

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 23.2.4.

5.1 Energia de curto prazo

O saldo em 31 de dezembro de 2017 referia-se, principalmente, ao não recebimento integral das liquidações junto à CCEE em virtude das liminares vigentes dos agentes do setor elétrico, incluindo a Companhia, para a proteção dos efeitos do GSF Com a suspensão da liminar para os montantes de liquidação a partir de março de 2018, o montante a receber de GSF foi compensado com os valores a pagar de mesma natureza registrados na rubrica de Fornecedores (Nota 12). Desta forma, o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2018 é composto, substancialmente, dos montantes abrangidos pela liminar anteriores fevereiro de 2018.

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2017	Adição	Atualização monetária	Adiantamento/ Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2018
Ativos compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social a compensar		13.115	1.535	42	14.568	18.537	4	(19.088)	28.713
Total Circulante		13.115	1.535	42	14.568	18.537	4	(19.088)	28.713
Outros tributos compensáveis									
PIS e COFINS	6.1	158.210	13.330	7.653		(52.637)	(5)	(9.551)	117.000
IRRF sobre aplicações financeiras		1.591	3.136				(4)	(1.445)	3.278
Outros		-	-				(5)		5
Total		159.801	16.466	7.653	-	(52.637)	(4)	(10.996)	120.283
Circulante		46.877							35.967
Não circulante		112.924							84.316
Passivos a recolher									
Imposto de renda e contribuição social a recolher		20.199	6.810	186		(6.662)		(20.533)	-
Total Circulante		20.199	6.810	186	-	(6.662)	-	(20.533)	-
Outros tributos a recolher									
ICMS		18	239		(257)				-
PIS e COFINS		1.965	37.541			(27.438)		(9.551)	2.517
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		278	231		(277)				232
IRRF sobre juros s/capital próprio	6.2	7.005	7.227		(7.005)				7.227
Parcelamentos	6.3	53.060		4.664	(4.481)				53.243
Encargos com pessoal		112	226		(186)				152
Total		62.438	45.464	4.664	(12.206)	(27.438)	-	(9.551)	63.371
Circulante		62.438							14.109
Não circulante		-							49.262

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6.1 PIS e COFINS

Em decorrência do recálculo de tributos, no exercício de 2017, pelo regime cumulativo (alíquota de 3,65% de PIS e COFINS) sobre os contratos de venda de energia assinados antes de 31 de dezembro de 2003, anteriormente calculados por meio do regime não cumulativo (alíquota de 9,25% de PIS e COFINS), a Companhia constituiu crédito dos referidos tributos relativos a exercícios anteriores.

O crédito apurado pela Companhia foi de R\$134.244, sendo líquido das compensações até 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$88.283. Este crédito será compensado com os respectivos débitos desses tributos na medida que os faturamentos de energia elétrica forem sendo realizados.

6.2 IRRF sobre juros s/capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2017 de R\$7.005 era relativo ao JSCP deliberado no exercício de 2017 e foi liquidado em janeiro de 2018. Já o saldo em 31 de dezembro de 2018 de R\$7.227 refere-se ao JSCP deliberado no exercício de 2018 a ser liquidado em janeiro de 2019.

6.3 Parcelamentos

Em decorrência da apuração de débitos originados do recálculo dos tributos, conforme mencionado na nota 6.1, a Companhia aderiu, em agosto de 2017, ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

Dentre as opções oferecidas para o parcelamento, a Companhia aderiu à opção de pagamento à vista e em espécie de 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 5 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante parcelado em 145 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% dos juros de mora e de 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas.

Em 31 de dezembro de 2018 restam 133 parcelas de R\$399, atualizáveis mensalmente pela SELIC acrescidas de 1%.

Segue abaixo os montantes e a relação dos tributos parcelados:

	Principal	Multa	Juros	Total de Parcelamento
PIS	10.051	2.010	3.775	15.836
COFINS	46.391	9.278	17.419	73.088
	56.442	11.288	21.194	88.924
Redução Programa PERT				(18.079)
Total				70.845

6.3.1 Movimentação do parcelamento

	PERT
Valor de adesão	70.845
Amortização	(22.176)
Atualização	4.571
Saldo em 31 de dezembro de 2018	53.243

7 Tributos diferidos

7.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1.1 Composição

	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	2018	2017
Natureza dos créditos						
Diferenças temporárias						
Uso do bem público - CPC 25	90.038	86.482	30.243	31.931	5.244	(163)
Licenças ambientais	6.141	7.890	6.633	7.507	(875)	(555)
Total bruto	96.179	94.372	36.876	39.438	4.369	(718)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(36.876)	(39.438)	(36.876)	(39.438)		
Total	59.303	54.934	-	-		

7.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2026	A partir de 2027	Total
	5.770	5.770	5.770	5.770	5.770	11.540	55.789	96.179

8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas (Nota 13), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com seus acionistas, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (RS/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Resultado	
				Circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	Receitas (Despesas) Operacionais	Operacionais
Concessionárias (Nota 5)									
Suprimento de energia elétrica									
EDP Espírito Santo	Controle Comum	160,85	01/01/2016 a 31/12/2018	9	7			92	9
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2015 a 31/01/2017						4.099
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2016 a 31/12/2018	6.644	6.711			71.114	75.655
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2016 a 31/12/2019	22.933	18.948			247.748	220.510
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/05/2017 a 31/12/2017			6.138			(48.502)
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/04/2018 a 30/06/2018					15.967	
Porto do Pecém	Controle Comum	82,18	01/02/2017 a 28/02/2017						4.867
Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador	193,46	01/01/2018 a 31/12/2018	429				5.114	
				30.015	25.666	-	6.138	-	340.035
Fornecedores (Nota 12)									
Suprimento de energia elétrica									
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/07/2018 a 31/12/2018			5.143		(30.521)	
Encargos de uso da rede básica									
Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador		14/03/2006 a 07/11/2036	-	-	136	590	(4.628)	(1.360)
				-	-	5.279	590	-	(35.149)
Outros créditos e Outras contas a pagar									
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (a)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2018 a 31/12/2019					980	(980)
				-	-	-	-	980	(980)
				30.015	25.666	5.279	6.728	980	303.906

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 25.2).

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10.2 Movimentação do imobilizado

	31/12/2017		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2020		
	Valor líquido	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Depre- ciações	Reclas- sificação	Valor líquido	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Depre- ciações
Imobilizado em serviço									
Terrenos	13.155					13.155			
Reservatórios, barragens e adutoras	662.957		8.671	(19.312)		652.316			
Edificações, obras civis e benfeitorias	198.748			(5.482)	79	193.345			
Máquinas e equipamentos	496.299		1.098	(23.657)		473.740			
Veículos	1.627			(345)	(218)	1.066			
Móveis e utensílios	1.995		453	(225)		2.223			
Total do Imobilizado em serviço	1.374.781	-	10.222	(49.021)	(218)	1.335.845			
Imobilizado em curso									
Terrenos	20.200	3.350				(749)			22.801
Reservatórios, barragens e adutoras	4.375	120	(8.671)			4.176			-
Edificações, obras civis e benfeitorias	34	316		(4)		(257)			89
Máquinas e equipamentos	1.930	2.944	(1.098)			(1.035)			2.741
A reatear	2.262					(2.262)			-
Outros	473	415	(453)		(10)	127			552
Total do Imobilizado em curso	29.274	7.145	(10.222)	-	(14)	-			26.183
Total do Imobilizado	1.404.055	7.145	-	(49.021)	(232)	1.362.028			

11 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

11.1 Composição do intangível

	31/12/2018			31/12/2017			31/12/2019		
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amorti- zação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amorti- zação acumulada	Valor líquido	
Intangível em serviço									
Distribuição									
Geração									
Software									
Servidão permanente	20,00	1.830	(1.585)	245	20,00	1.030	(824)	206	
Direito de concessão - Licenças ambientais	10,00	28.472	(8.964)	19.508	16,67	28.472	(6.391)	22.081	
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,28	151.423	(62.472)	88.951	3,28	151.423	(57.507)	93.916	
		181.994	(73.021)	108.973		181.194	(64.722)	116.472	
Administração									
Software	20,00	270	(269)	1	20,00	270	(266)	4	
		270	(269)	1		270	(266)	4	
Total do Intangível em serviço		182.264	(73.290)	108.974		181.464	(64.988)	116.476	
Intangível em curso									
Geração									
Software		4	-	4		127	-	127	
		4	-	4		127	-	127	
Total do Intangível		182.268	(73.290)	108.978		181.591	(64.988)	116.603	

11.2 Movimentação do intangível

	31/12/2017		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2020	
	Nota	Valor líquido	Ingressos	Transf. para intangível em serviço	Amorti- zações	Reclas- sificação	Valor líquido	
Intangível em serviço								
Software		210		119	(84)		245	
Servidão permanente		269					269	
Direito de concessão - Licenças ambientais		22.081			(2.572)		19.509	
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	11.2.1	93.916		119	(4.965)		88.951	
Total do Intangível em serviço		116.476	-	119	(7.621)	-	108.974	
Intangível em curso								
Software		127	81	(119)	(4)	(81)	4	
Total do Intangível em curso		127	81	(119)	-	(81)	4	
Total do Intangível		116.603	81	-	(7.621)	(81)	108.978	

14 Debêntures

14.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2018			31/12/2017				
											Circu- lante	Circu- lante	Não circulante	Total	Circu- lante	Circu- lante	Não circulante	Total
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	35.000	10	350.000	1ª emissão em 22/11/2016	22/11/2016 a 22/11/2019	Redução de capital e distribuição de recursos aos acionistas	114,5% do CDI a.a.	Principal anual a partir de novembro/2018 e juros semestral Amortização mensal	Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios de Contratos de Energia	1.287	175.000	176.287	2.848	175.000	175.000	352.848	
(-) Custos de emissão Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	32.000	10	320.000	2ª emissão em 20/11/2017	20/11/2017 a 20/12/2022	Realavancagem e redução de capital	116% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de junho/2020 e juros semestral Amortização mensal	Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios de Contratos de Energia	549	320.000	320.549	2.321	320.000	322.321		
(-) Custos de emissão Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	255.000	1	255.000	3ª emissão em 23/11/2018	23/11/2018 a 23/11/2023	Alongamento da dívida.	112,48% do CDI a.a.	Principal em parcela única em novembro/2023 e juros semestral Amortização mensal		212	255.000	255.212				-	
(-) Custos de emissão				(510)									(493)	(493)			-	
Total											2.048	174.460	573.087	749.595	5.169	173.401	492.997	671.567

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

14.2 Movimentação das debêntures

	31/12/2017		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2020	
	Valor líquido em	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transfe- rências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em	
Circulante								
Principal	175.000		(175.000)		175.000		175.000	
Juros	5.169		(51.043)	47.922			2.048	
Custo de Transação	(1.599)			(600)	1.659		(540)	
	178.570	-	(226.043)	47.922	174.400	1.659	176.508	
Não circulante								
Principal	495.000	255.000			(175.000)		575.000	
Custo de Transação	(2.003)	(510)			600		(1.913)	
	492.997	254.490	-	-	(174.400)	-	573.087	

14.3 Vencimento das parcelas

	31/12/2017		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2020	
	Valor líquido em	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transfe- rências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em	
Circulante								
2019							176.508	
Não circulante								
2020							105.435	
2021							106.222	
2022							106.522	
2023							254.908	
Total							749.595	

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos ou nas escrituras das emissões:

- (i) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, decretação de falência, liquidação ou dissolução da Companhia, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;
- (ii) Alteração da forma societária da Companhia de modo que deixe de ser uma sociedade por ações;
- (iii) Distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, caso a Companhia esteja inadimplente com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão, exceto dividendos obrigatórios;
- (iv) Alteração do controle acionário direto da Companhia, exceto se a EDP - Energias do Brasil permanecer como acionista controladora, ou em caso de aprovação pelos Debenturistas;
- (v) Redução de capital social da Companhia para valor inferior a R\$200.000, exceto se para absorção de prejuízos ou em caso de aprovação pelos Debenturistas;
- (vi) Celebração de contrato de mútuo pela Companhia, na qualidade de mutuante, sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em circulação;
- (vii) Protestos de títulos, contra a Companhia, cujo valor individual ou global ultrapasse R\$75.000, salvo se protesto foi efetuado por erro ou má-fé, for cancelado, ou o protesto teve sua exigibilidade suspensa por decisão judicial;
- (viii) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer decisão judicial ou arbitral, a partir do momento em que se tornar(em) exequível(eis), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$75.000;
- (ix) Vencimento antecipado de obrigação pecuniária da Companhia em valor individual ou agregado superior a R\$3.000;
- (x) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer dívida decorrente de empréstimos, financiamentos e operações de mercado de capitais, observados eventuais prazos de cura, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$10.000;
- (xi) Para a 1ª emissão: descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA não superior a 3,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano; e
- (xii) Para a 2ª e 3ª emissões: descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de debêntures.

15 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 11) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representava o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	31/12/2017		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2020	
	Saldo em	Ajuste a Valor presente	Encargos e atualizações monetárias (Nota 20)	Pagamentos	Transferências	Saldo em	Encargos e atualizações monetárias (Nota 20)	Pagamentos
Circulante								
Uso do bem público	22.969	(72)	905	(21.801)	21.406	23.407	22.969	(72)
Não circulante								
Uso do bem público	231.391	(1.825)	33.249	(21.406)	241.409	231.391	(1.825)	33.249

16 Provisões

	31/12/2017		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2020	
	Nota	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
Licenças ambientais	16.1	2.381	2.328	15.681	20.876			
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	16.2			3.408				
Total		2.381	2.328	19.089	20.876			

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

16.1 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 4% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 15 de julho de 2016 foi emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA a 2ª renovação da Licença de Operação - LO nº 586/2006, válida pelo período de 10 anos a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade a determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

11.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Peixe Angical. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, a valor presente, registrados em contrapartida do passivo (Nota 15). A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

12 Fornecedores

	31/12/2017		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2020	
	Nota	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
Suprimento de energia elétrica		5.214	6.344					
Encargos de uso da rede elétrica		3.508	3.202					
Operações CCEE	12.1	318.704	323.998					
Materiais e serviços		1.866	2.963					
Total		329.292	336.507					

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

12.1 Operações CCEE

O montante a ser liquidado junto a CCEE refere-se, em sua totalidade, à aplicação do *General Scaling Factor* - GSF, que é o fator que mede o volume de energia gerado pelas hidrelétricas, acrescido de atualização monetária desde março de 2015.

A Companhia por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE, propôs, em 18 de junho de 2015, ação judicial visando prevenir e reparar danos que a Companhia, desde janeiro de 2014, vem sofrendo em consequência de atos estatais que alteraram as condições objetivas, fáticas e jurídicas à vista das quais foram tomadas decisões de investimento em geração hidrelétrica e frustraram a geração das usinas hidrelétricas.

Em 1º

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

• Processo administrativo nº 2014/6870/500317, no âmbito da Fazenda Estadual do Tocantins, objetivando a cobrança de multa por supostas divergências de informações constantes nos registros do período de 2014. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2018 é de R\$4.436 (R\$4.250 em 31 de dezembro de 2017). Atualmente aguarda-se julgamento da defesa administrativa.

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social
O Capital social em 31 de dezembro de 2018 é de R\$299.736 (R\$282.628 em 31 de dezembro de 2017) e está representado por 833.252.089 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.
Em AGO/E realizada em 07 de março de 2018 foi realizado o aumento de Capital social no valor de R\$17.108, sem emissão de novas ações, por meio de redução de Reserva Legal, uma vez que a mesma atingiu o seu limite conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76.
As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.
A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.
Segue abaixo a composição acionária:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	499.951.253	60,00	499.951.253	60,00
Furnas Centrais Elétricas	333.300.836	40,00	333.300.836	40,00
Total	833.252.089		833.252.089	

Em AGE realizada em 20 de dezembro de 2018 foi aprovado a redução de capital da Companhia em um montante de R\$80.000, sem alterar a quantidade de ações mantendo a proporção da participação de cada acionista, devidamente autorizada pela ANEEL, conforme Despacho nº 2.179/17. A referida redução será realizada no prazo de 60 dias após a publicação da AGE, nos termos do artigo nº 174 da Lei das Sociedades por Ações.

17.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
 - (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;
 - (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.
- Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		99.675	143.770
Incentivos fiscais (SUDAM)	17.3.1	(15.858)	(21.368)
Lucro líquido ajustado		83.817	122.402
Constituição da reserva legal - 5%	17.3.2	(3.422)	
		80.395	122.402

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Destinação do lucro			
Dividendos intermediários - JSCP		13	48.182
Dividendos intermediários		13	12.125
Lucro do exercício a deliberar		17.3	20.088
Dividendo adicional proposto	17.3.4		75.702
		80.395	122.402

Dividendos por ação - R\$ - JSCP
Dividendos por ação - R\$ - Dividendos intermediários

17.3 Reservas

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Reservas de capital			
Incentivos fiscais	17.3.1	18.546	18.546
		18.546	18.546
Reservas de lucros			
Legal	17.1 e 17.3.2	59.948	73.634
Retenção de lucros	17.3.3		42.173
Dividendo adicional proposto	17.2 e 17.3.4		75.702
Lucro do exercício a deliberar	17.2	20.088	
Incentivos fiscais	17.3.1	253.180	237.322
		333.216	428.831
Total		351.762	447.377

17.3.1 Reservas de incentivos fiscais
As Reservas de incentivos fiscais, a partir do exercício findo de 31 de dezembro de 2008, foram constituídas por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (anterior Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA) referente à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração (Nota 21.1). O valor dessa subvenção governamental é excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07, e somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

17.3.2 Reserva legal
A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente a 20% do capital social.
A redução do saldo no exercício de 2018 é decorrente: (i) da redução de R\$17.108 para aumento de capital social conforme descrito na nota 17.1; e (ii) do aumento de R\$3.422 relativo à constituição da reserva relativa ao exercício de 2018 (Nota 17.2).

17.3.3 Retenção de lucros
A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.
A variação do exercício no montante de R\$42.173 é decorrente dos seguintes fatores: (i) retenção do resultado remanescente do exercício de 2017 no montante R\$75.702 que estava alocado na rubrica de Dividendo adicional proposto, conforme deliberado na AGOE realizada em 7 de março de 2018 (Nota 17.3.4); e (ii) distribuição de dividendos de exercícios anteriores no montante de R\$117.875, conforme deliberado na RCA realizada em 1º de outubro de 2018 e na AGE realizada em 31 de outubro de 2018 (Nota 17.3).

17.3.4 Dividendo adicional proposto e Lucro do exercício a deliberar
Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme IPCO 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2017 de R\$75.702 foi transferido para a Reserva de Retenção de Lucros conforme deliberado na AGOE realizada em 7 de março de 2018 (Nota 17.3.3).

18 Receitas
As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.
A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.
Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

	Nota	MWh (*)		R\$	
		2018	2017	2018	2017
Suprimento de energia elétrica		2.001.883	1.926.011	346.694	314.246
Energia de curto prazo		176.856	157.672	29.886	36.278
Receita operacional bruta		2.178.739	2.083.683	376.580	350.524
(-) Deduções à receita operacional					
PIS/COFINS	6.1			(34.834)	25.452
P&D				(3.242)	(3.637)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(9.742)	(7.395)
Outros encargos				(1.278)	(1.275)
				(49.096)	13.145
Receitas		2.178.739	2.083.683	327.484	363.669

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

19 Gastos operacionais
Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.
Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.
Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	2018					
	Custo do serviço			Despesas operacionais		
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	19.1	67.826				67.826
Encargos de uso da rede elétrica		33.452				33.452
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	19.3		6.289	3.644		9.933
Material			1.473	170		1.643
Serviços de terceiros	19.4		5.688	4.570		10.258
Depreciação			46.604	230		46.834
Amortização			7.621			7.621
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					541	541
Aluguéis e arrendamentos			154	246		400
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					75	75
Outras		170	934	333	(11)	1.426
Total		101.448	68.763	9.193	605	180.009

	2017					
	Custo do serviço			Despesas operacionais		
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	19.1	46.407				46.407
Encargos de uso da rede elétrica		32.268				32.268
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	19.3		6.005	4.238		10.243
Material			557	236		793
Serviços de terceiros	19.4		4.291	6.775		11.066
Depreciação			45.138	181		45.319
Amortização			7.684			7.684
Aluguéis e arrendamentos			190	395		585
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(7)	(7)
Outras		1.986	1.041	265		3.292
Total		80.661	64.906	12.090	(7)	157.650

	2018		2017	
	Nota	2018	2017	2017
Contratos de compra de energia por quantidade		30.521	48.501	
Energia de curto prazo	19.1.1	47.728	3.019	
Outros		(3.523)	(414)	
(-) Créditos de PIS/COFINS		(6.900)	(4.699)	
Total		67.826	46.407	

19.1.1 Energia de curto prazo
A variação no montante de aquisição de energia no curto prazo é decorrente, substancialmente, da queda da liminar do GSF, conforme mencionado na nota 12.1.

	2018		2017	
	Nota	2018	2017	2017
19.2 Pessoal e Administradores				
Pessoal		4.334	4.476	
Remuneração		1.808	1.830	
Encargos		59	54	
Previdência privada - Corrente		138	165	
Benefício pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial		203	75	
Despesas rescisórias		648	840	
Participação nos Lucros e Resultados - PLR		1.856	2.010	
Outros benefícios - Corrente		9.046	9.450	

	2018		2017	
	Nota	2018	2017	2017
19.3 Serviços de terceiros				
Serviços de consultoria		1.338	1.309	
Serviços de manutenção		2.553	3.448	
Serviços de limpeza e vigilância		1.921	1.629	
Serviços ambientais		530	259	
Serviços de informática		1.583	2.684	
Serviços condominiais		109	102	
Serviços de publicação e publicidade		250	242	
Serviços de telecomunicações		110	134	
Serviços de transporte		238	362	
Serviços compartilhados		801	897	
Outros		825	897	
		10.258	11.066	

20 Resultado financeiro

	Nota	2018	2017
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		14.412	6.767
Energia vendida		17.643	2.068
Juros e multa sobre tributos	6	7.695	50.272
Uso do bem público - UBP	20.1		2.561
Generation Scaling Factor - GSF	20.2	2.480	
Outros juros e variações monetárias		4.148	
Ajustes a valor presente		326	
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(2.752)	(1.956)
Outras receitas financeiras		8	8
		43.960	59.720

	Nota	2018	2017
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Debêntures	14.2	(49.581)	(42.689)
Juros e variações monetárias			
Juros e multa sobre tributos	6	(4.850)	(18.899)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	16.2	(25)	
Uso do bem público - UBP	15 e 20.1	(34.154)	
Generation Scaling Factor - GSF	20.2		(25.049)
Outros juros e variações monetárias			(435)
Ajustes a valor presente		(709)	(16.899)
Outras despesas financeiras		(935)	(335)
		(89.319)	(104.306)
		(45.359)	(44.586)

20.1 Uso do bem público - UBP
Conforme divulgado na nota 1.1.1, o UBP é atualizado mensalmente pelo IGP-M. A variação apresentada no resultado financeiro é decorrente da variação do índice verificada entre os exercícios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o IGP-M acumulado foi negativo em 0,51, resultando no registro de uma receita financeira. Já no exercício de 2018, o IGP-M acumulado foi positivo em 7,34, resultando em despesa financeira.

20.2 General Scaling Factor - GSF
Até 30 de junho de 2018 a estimativa de correção do saldo de fornecedores vinculado ao GSF em discussão judicial, contemplava a aplicação de juros de 1% a.m. acrescido de atualização monetária calculada pelo IGPM, considerando o histórico do acordo realizado em 2015 com as geradoras que possuíam contratos no ambiente regulado, quando, inicialmente, iniciou-se o referido juro que, posteriormente, teve sua cobrança suspensa até que a ANEEL julgasse o mérito da questão. A Companhia contratou assessor jurídico para obter esclarecimentos sobre a incidência, ou não, dos juros sobre os montantes relativos à aplicação do GSF, que estão sob efeito de liminar (Nota 12).
O assessor jurídico concluiu que a aplicação de juros está regulamentada atualmente pela Resolução ANEEL nº 552/02, que trata dos procedimentos relativos às liquidações das operações junto à CCEE, não prevendo juros para a hipótese em que a ausência de pagamento ocorre por força de decisão judicial. Ainda que o julgamento do mérito pela ANEEL conclua pela aplicação de juros mesmo nos casos de não pagamento respaldado em decisão judicial, a mudança regulatória não poderá ter caráter retroativo. Desta forma, a Companhia, com base na opinião de seu assessor jurídico, procedeu à reversão do juros no montante de R\$56.804 calculados até a data-base de junho de 2018, em contrapartida da rubrica "Operações CCEE" em Fornecedores (Nota 12).

21 Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.
As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Nota	2018	2017
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		102.116	161.433
Alíquota		34%	34%
IRPJ e CSLL		(34.719)	(54.887)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes			
Doações		(27)	(18)
Juros sobre o capital próprio		16.382	15.878
Outras		(44)	(132)
Incentivos fiscais			
SUDAM	21.1	15.858	21.368
Outras		109	128
Despesa de IRPJ e CSLL		(2.441)	(17.663)
Alíquota Efetiva		2,4%	10,9%

21.1 SUDAM
Em 5 de julho de 2017 a Companhia obteve junto à SUDAM o Laudo Constitutivo nº 23/2017, atestando o

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da Companhia.

O Comitê de Risco é composto por 3 *"Risk Officers"* separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.

O Comitê de Risco realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades da Gestão de Risco. Além disso, no sentido de potencializar sinergias de governança entre a função de Gestão de Risco, Auditoria Interna e *Compliance*, estas funções encontram-se reunidas em uma mesma diretoria.

23.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. As debêntures captadas pela Companhia, apresentadas na nota 14, possuem como contraparte os agentes fiduciários Pentágono S.A., Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda e Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui um risco de mercado associado ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

23.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		<i>Aging</i> cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Operação								
Aplicação financeira - CDB	CDI	20.498	20.498	20.498	5.124	10.249	(5.124)	(10.249)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	570	388	958	240	479	(240)	(479)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	21.068	388	21.456	5.364	10.728	(5.364)	(10.728)
Debêntures	CDI	(54.414)	(142.407)	(196.821)	(48.211)	(96.046)	48.599	97.594
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(54.414)	(142.407)	(196.821)	(48.211)	(96.046)	48.599	97.594
		(33.346)	(142.019)	(175.365)	(42.847)	43.235	43.235	86.866

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 6,4% e 8,6% a.a.

23.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures captadas pela Companhia estão apresentadas na nota 14.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuído à rubrica de Debêntures refere-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 25.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2018, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

		31/12/2018				31/12/2017	
		Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores		10.493	428	318.371		329.292	336.507
Outras contas a pagar - Partes relacionadas					980	980	980
Debêntures				176.508	573.087	749.595	671.567
Uso do bem público		2.003	3.977	17.427	97.058	144.351	254.360
		12.496	4.405	512.306	671.125	144.351	1.262.434

23.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 14. Até 31 de dezembro de 2018, todos os *covenants* contratuais foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 25.2) para a rubrica de Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

23.2.2.2 Capital circulante líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2018 foi negativo em R\$90.213 (R\$215.500 negativo em 31 de dezembro de 2017) decorrente, principalmente, do valor de principal e encargos da 1ª emissão de debêntures, bem como do montante a ser liquidado junto a CCEE relativo ao GSF. A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, apresentando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, tendo em vista as receitas futuras do negócio e eventuais novas captações de dívida, se necessário.

23.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE exige a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para os períodos de deterioração do PLD e GSF, em decorrência da piora do cenário hidrológico brasileiro, a Companhia implementou algumas iniciativas a fim de reforçar as estratégias de proteção aos impactos causados pelos altos preços de energia no mercado livre destacando o aumento da parcela de energia descontratada de seu portfólio, além da sazonalização dos contratos de venda.

23.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• **Concessionárias**

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• **Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

		Nota	31/12/2018	31/12/2017
Classificação da instituição financeira				
AAA			286.268	117.649
AA			17.795	68.942
		4	304.063	186.591

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otavio Assis Henriques Presidente	Jenner Guimarães do Rêgo Conselheiro	Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro
Cláudia de Barros Cotia Conselheira		Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro Conselheira

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Stella Maris Moreira Fuão Diretora-Presidente, Administrativo e Financeiro	Jessé Pinto Ribeiro Diretor de Operação
André Luis Nunes de Mello Almeida Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos (Corporativo)	Renan Silva Sobral Gestor de Contabilidade Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" TO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Enerpeixe S.A.

Palmas - TO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enerpeixe S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Enerpeixe S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Efeitos de liminares sobre a aplicação do fator de ajuste de energia - GSF (Consulte as notas explicativas 5.1, 12.1, 20.2 às demonstrações financeiras)

O volume de energia gerado e vendido pela Companhia depende das condições hidrológicas, que não têm sido favoráveis nos últimos anos. Esse cenário tem provocado diminuição da produção de energia hidráulica e aumentado os custos de geração de energia, com a exposição das empresas geradoras aos efeitos do *Generation Scaling Factor* (GSF). A Companhia é beneficiária de ação judicial e respectiva decisão liminar visando prevenir e reparar danos decorrentes da exposição aos efeitos do GSF e do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD com liquidações ao preço máximo. No final de 2015, o Governo Federal promulgou Lei com opção, que não foi exercida pela Companhia, para que os geradores repaquisassem o risco hidrológico. Esse tema foi considerado como o principal assunto de auditoria, uma vez que envolve montantes relevantes e incertezas relacionadas ao nível de exposição ao GSF e sua mensuração que está suportada por opinião legal dos assessores jurídicos da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados ao envolvimento dos nossos especialistas da área jurídica para nos auxiliar nas discussões com a administração sobre a posição atualizada da ação judicial. Adicionalmente, efetuamos confronto dos saldos contabilizados durante o exercício com relação às notas de liquidação da CCEE, e avaliamos as divulgações do assunto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os valores relacionados ao GSF, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras do exercício anterior O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 27 de fevereiro de 2018, sem modificação. Os valores correspondentes relativos à demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

23.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Tocantinense de Regulação - ATR etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

23.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

Total de debêntures			31/12/2018	31/12/17
(-) Caixa e equivalentes de caixa			749.595	671.567
Dívida líquida			(307.780)	(188.574)
Total do Patrimônio Líquido			441.815	482.993
Total do capital			651.498	730.005
Índice de alavancagem financeira - %			1.093.313	1.212.998
			40,41%	39,82%

24 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

24.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

		2018		
	Nota	Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa	Saldo em 31/12/2018
Aumento (diminuição) de passivos financiamento				
Dividendos	13	39.695	(169.695)	170.955
Debêntures	14.1	671.567	28.447	49.581
Capital social	17	282.628	17.108	299.736
		993.890	(141.248)	237.644
				1.090.286

		2017		
	Nota	Saldo em 31/12/2016	Efeito caixa	Saldo em 31/12/2017
Aumento (diminuição) de passivos financiamento				
Dividendos		66.115	(121.115)	94.695
Empréstimos, financiamentos e debêntures		350.631	278.247	42.689
Capital social		532.628	(250.000)	282.628
		949.374	(92.868)	137.384
				993.890

24.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

		2018	2017
Constituição de dividendos e JSCP a pagar		40.955	39.695
Capitalização no Imobilizado relativo à contingências		2.842	
Total		43.797	39.695

25 Compromissos contratuais e Garantias

25.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2018				31/12/2017
	2019	2020 a 2021	2022 a 2023	A partir de 2024	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais					
Obrigações de compra	221	408	195		824
Compra de energia	75.823				75.823
Materiais e serviços	13.289	6.838	841	550	21.518
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	54.414	78.933	39.032		172.379
	143.747	86.179	40.068	550	270.544
					235.001

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2018, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2018				31/12/2017
	2019	2020 a 2021	2022 a 2023	A partir de 2024	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais					
Obrigações de compra	221	429	215		865
Compra de energia	75.823				75.823
Materiais e serviços	13.289	7.134	935	1.246	22.604
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	107.917	143.618	80.924		332.4



EDP alcança resultado histórico, com lucro líquido de R\$ 1,3 bilhão

Em 2018 a EDP alcançou lucro líquido de R\$ 1,3 bilhão, um aumento de 108% em comparação com 2017. É o melhor resultado já obtido pela Companhia em seus 23 anos de operação no País. Assim, 2018 marca uma nova fase de crescimento sustentado da EDP no Brasil, amparado num investimento de R\$ 1,4 bilhão de reais em Transmissão, Distribuição e Serviços de Energia, o maior da última década.

Este foi o ano em que concluímos a última das três usinas hidrelétricas que tínhamos em nosso plano. A UHE São Manoel, construída em parceria com a CTG Brasil e Furnas, no Mato Grosso, foi entregue, tal como as duas anteriores, com antecipação face ao prazo regulatório. E iniciamos as operações no segmento da Transmissão com a entrada em operação do lote 24, no Espírito Santo, com 20 meses de adiantamento.

Este ano também expandimos o negócio para uma nova geografia, Santa Catarina, em parceria com a distribuidora catarinense, Celesc, da qual nos tornamos o principal acionista, com 23,56% do capital total. Mas não ficamos por aqui. Em 2018, conseguimos, pela primeira vez, reduzir as perdas comerciais abaixo dos níveis regulatórios nas nossas duas distribuidoras, em São Paulo e no Espírito Santo.

Na nova área de Serviços de Energia ampliamos os nossos projetos, protagonizando a assinatura de um contrato com o Banco do Brasil para a construção de uma usina solar que vai abastecer 88 agências com energia 100% renovável. Foi também esta área que implantou o maior corredor elétrico da América Latina, ligando as duas cidades mais populosas do Brasil – São Paulo e Rio de Janeiro.

Em 2018, tivemos inúmeros reconhecimentos externos, entre os quais a presença, pelo 13º ano consecutivo, na carteira do ISE Bovespa, o índice de empresas sustentáveis da Bovespa, e a eleição por renomada revista nacional como a “Melhor Empresa do Setor de Energia”.

São resultados que nos motivam e nos impulsionam a usar a nossa energia para cuidarmos sempre melhor. Este é o nosso propósito. Este é o nosso compromisso com nossas pessoas, nossos clientes, nossos parceiros de negócio e nossos acionistas.



brasil.edp.com